

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: \_\_\_\_\_.

O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

DAS LESÕES SOFRIDAS, HOVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

QUAL A REPERCUSSAO FUNCIONAL DA DEBILIDADE NO MEMBRO SUPERIOR/INFERIOR, ATINGIDO?

\_\_\_\_\_

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
(Assinatura – carimbo – CRM)



P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante, , **MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, com CPF nº 706.102.694-45, RG nº 003.509.198, residente na rua Antonio Silverio da Silva, nº 1077 , Feliz Assú, ASSÚ/RN, DECLARA ,COMARCA DE ASSU - Rio Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; (OAB 7.469/RN) podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca São Rafael -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

ASSÚ - Rio Grande do Norte, em 05/01/2019.

Outorgante: x Manuel Felix da Silva Souza.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

**MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, com CPF nº 706.102.694-45, RG nº 003.509.198, residente na rua Antonio Silverio da Silva, nº 1077, Feliz Assú, ASSÚ/RN, DECLARA, Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de Assú- Rio Grande do Norte. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de ASSU-RN em 05/02/2019.

Declarante: x Manuel Felix da Silva Souza

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Penal - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



## DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, **MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, com CPF nº 706.102.694-45, RG nº 003.509.198, residente na rua Antonio Silverio da Silva, nº 1077, Feliz Assú, ASSÚ/RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes, fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus juridicos e legais efeitos.

ASSÚ-RN, em 05 de Fevereiro de 2019

Declarante: x/ Manuel Felix da Silva Souza

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940)

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS  
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante, **MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA**, brasileiro, solteiro, estudante, com CPF nº 706.102.694-45, RG nº 003.509.198, residente na rua Antonio Silverio da Silva, nº 1077, Feliz Assú, ASSÚ/RN, COMARCA DE ASSU, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró – RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Assú -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
- 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
- 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";
- 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;
- 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró – Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Assú - Rio Grande do Norte, em 05/02/2019.

*x Manuel Felix da Silva Souza*

Contratante: MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA

Telefone (84) 9.9689-4545

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

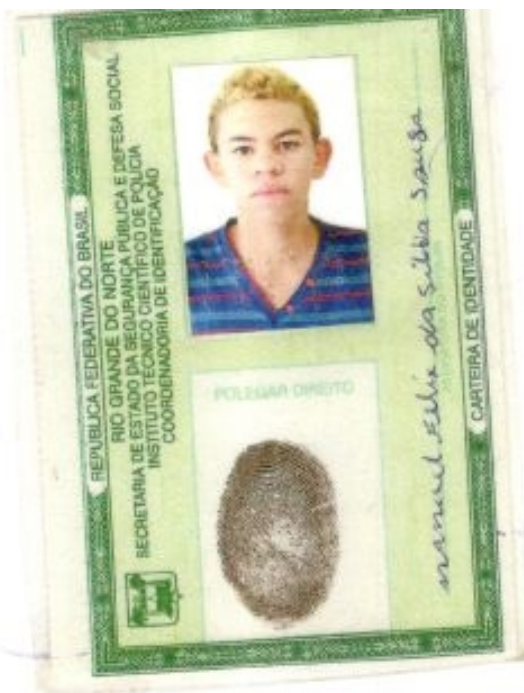
OAB/7469

Testemunhas:

CPF nº \_\_\_\_\_







9854-5478  
9689-4545



27/11/2018

Via para Pagamento de Conta de Energia

Pedido de serviço para Via para Pagamento Grupo B nº 1328453897

## NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DO RIO GRANDE DO NORTERUA MERMOSZ 150, BALDO  
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE  
CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02

Ligações Gratuitas:

-TELEATENDIMENTO COSERN: 116

-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142

-Ouvidoria: 0800 084 0404

Agência Reguladora de Serviços do Rio Grande do Norte-

ARSEP 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de Telefones Fixos

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167

Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

## DADOS DO CLIENTE

MARIA DO LIVRAMENTO DA SILVA

## DATA DE VENCIMENTO

30/11/2018

DATA EMISSÃO DA NOTA  
FISCAL

23/11/2018

## CONTA CONTRATO

7011019948

## ENDEREÇO

RUA ANTONIO SILVERIO DA SILVA  
1077 -NOVO HORIZONTE/AREA  
URBANA -59650-000 ASSU RN -

## TOTAL A PAGAR

R\$ 73,82

## DATA DA APRESENTAÇÃO

23/11/2018

## NÚMERO DA NOTA FISCAL

015644122

## CLASSIFICAÇÃO

RESIDENCIAL  
Monofásico  
B1

## PERÍODO CONSUMO

23/10/2018 a 23/11/2018

## CONSUMO

48

ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Aliquota 18,00 valor do imposto R\$ 10,70

## AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

## VIA PARA PAGAMENTO

Destaque aqui

## CONTA CONTRATO

7011019948

## MÊS/ANO

11/2018

## TOTAL A PAGAR

R\$ 73,82

## VENCIMENTO

30/11/2018

## TALÃO DE PAGAMENTO

Evite dobrar e perfurar ou  
rasurar.  
Este canhoto será usado em  
leitora ótica.

## AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

838000000009 738200384076 011019948200 010687800134





## TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.033 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 07.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registradas todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE APOIO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: [WWW.MTE.GOV.BR](http://WWW.MTE.GOV.BR)



## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

237.21361.03-9

3737286

0050

RN

*Manuel Felix da Silva Souza*

ASSINATURA ELETRÔNICA



## QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



**MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA**

FILIAÇÃO: LUIZ ANTONIO FERNANDES DE SOUZA  
MARIA DO LIVRAMENTO DA SILVA

NASCIMENTO: 04/04/1966

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

NATURALIDADE: AGARI - RN

DOCUMENTO: C. I. 003559198 18/06/2013 SSP RN

LIB Nº 8.048, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF: 706.102.894.45

TIT. ELEITOR: CNM

SEÇÃO: ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SINTURON - 15/04/2016

## ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

TITULAÇÃO

DATA DE NASC. DO DOCUMENTO

RUA

ASSINATURA E CARIMBO DO TITULAR

PRESENTE

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO TITULAR

PRESENTE

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO TITULAR

PRESENTE

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO TITULAR

PRESENTE

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO TITULAR

PRESENTE

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO TITULAR

PRESENTE

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO TITULAR

PRESENTE

03





## REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM \_\_\_\_\_ SERIE N° \_\_\_\_\_ LIVRO N° \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ PROC. N° \_\_\_\_\_

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LOCALIZAÇÃO

LESC N° \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

REGISTRADO EM \_\_\_\_\_ SERIE N° \_\_\_\_\_ LIVRO N° \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ PROC. N° \_\_\_\_\_

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LOCALIZAÇÃO

LESC N° \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

REGISTRADO EM \_\_\_\_\_ SERIE N° \_\_\_\_\_ LIVRO N° \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ PROC. N° \_\_\_\_\_

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LOCALIZAÇÃO

LESC N° \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

04

## REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM \_\_\_\_\_ SERIE N° \_\_\_\_\_ LIVRO N° \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ PROC. N° \_\_\_\_\_

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LOCALIZAÇÃO

LESC N° \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

REGISTRADO EM \_\_\_\_\_ SERIE N° \_\_\_\_\_ LIVRO N° \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ PROC. N° \_\_\_\_\_

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LOCALIZAÇÃO

LESC N° \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

REGISTRADO EM \_\_\_\_\_ SERIE N° \_\_\_\_\_ LIVRO N° \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ PROC. N° \_\_\_\_\_

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LOCALIZAÇÃO

LESC N° \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

05

## DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO

FACTOR RH

DIABETE

SIM

NÃO

HEMIFILIA

SIM

NÃO

ALERGIAS

SIM

NÃO

DOADOR DE ÓRGÃOS (Lei n° 071 de 12 de julho de 1991)

SIM

NÃO

## CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO

SERIE

UF

DATA DE EMISSÃO

DATA DE EXPIRAÇÃO

NÚMERO

SERIE

UF

DATA DE EMISSÃO

DATA DE EXPIRAÇÃO

NÚMERO

SERIE

UF

DATA DE EMISSÃO

DATA DE EXPIRAÇÃO

06

## CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

OCUPAÇÃO

(FONEC)

MUNICÍPIO

END. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

DATA DE ADMISSÃO

REGISTRO N°

RECONHECIMENTO DE EMPREGO

DATA DE SAÍDA

DATA DE SAÍDA

DATA DE SAÍDA

DATA DE SAÍDA

DATA DE SAÍDA

DATA DE SAÍDA

DATA DE SAÍDA

07



CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
OCCUPAÇÃO	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	DE DE
REGISTRO N°	RA / TEMA
RENUMERAÇÃO ESPECÍFICA	
1ª 2ª 3ª	
DATA DE SAÍDA	DE DE
1ª 2ª 3ª	
COM. DEPENDÊNCIA	
FGTS N° DA CONTRA	

08

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
OCCUPAÇÃO	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	DE DE
REGISTRO N°	RA / TEMA
RENUMERAÇÃO ESPECÍFICA	
1ª 2ª 3ª	
DATA DE SAÍDA	DE DE
1ª 2ª 3ª	
COM. DEPENDÊNCIA	
FGTS N° DA CONTRA	

09

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
OCCUPAÇÃO	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	DE DE
REGISTRO N°	RA / TEMA
RENUMERAÇÃO ESPECÍFICA	
1ª 2ª 3ª	
DATA DE SAÍDA	DE DE
1ª 2ª 3ª	
COM. DEPENDÊNCIA	
FGTS N° DA CONTRA	

10

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
OCCUPAÇÃO	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	
CBO N°	
DATA DE ADMISSÃO	DE DE
REGISTRO N°	RA / TEMA
RENUMERAÇÃO ESPECÍFICA	
1ª 2ª 3ª	
DATA DE SAÍDA	DE DE
1ª 2ª 3ª	
COM. DEPENDÊNCIA	
FGTS N° DA CONTRA	

11





**SINISTRO 3180582244 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial Natal-RN

**BENEFICIÁRIO** MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA**CPF/CNPJ:** 70610269445**Posição em 18-02-2019 14:34:59**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
05/02/2019	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00





Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE Ocorrência

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE ASSU

Endereço: Rua João Pessoa, 598, Centro, AÇU. FONE/FAX: 3331-6596

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018091001540  
1.2 Data de Expedição: 15/10/2018 12:18:17  
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO  
1.4 Ligu CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 30/09/2018 11:00:00  
2.2 Autoria: Desconhecida  
2.3 Fato: Consumado  
2.4 Flagrante: Não  
2.5 Meio(s) empregado(s): Outros  
2.6 Tipo do local: Via Pública  
2.7 Logradouro: RUA ANTONIO SILVERIO  
2.8 Número: 0000  
2.9 CEP:  
2.10 Complemento:  
2.11 Ponto de Referência:  
2.12 Bairro: FELIZ ASSU  
2.13 Cidade: AÇU  
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA  
3.2 Estado civil: Solteiro(a)  
3.3 Nome Social:  
3.4 Pai: LUIZ ANTONIO FERNANDES DE SOUZA  
3.5 Etnia: Parda  
3.6 Mãe: MARIA DO LIVRAMENTO DA SILVA  
3.7 Sexo: MASCULINO  
3.8 Orientação Sexual:  
3.9 CPF: 70810289445  
3.10 Identidade de Gênero:  
3.11 Nacionalidade:  
3.12 Data de Nascimento: 09/04/1998  
3.13 Profissão: ESTUDANTE  
3.14 RG: 003509198 - ITEP/RN  
3.15 Telefone(s): 84 96684545  
3.16 Passaporte:  
3.17 Número: 1077  
3.18 Naturalidade: ACU RN  
3.19 Bairro: FELIZ ASSU  
3.20 E-Mail:  
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE  
3.22 Logradouro: RUA ANTONIO SILVERIO DA SILVA  
3.23 Cidade: AÇU  
3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

6.1.1 Nome Completo: RANIERE CABRAL DE MELO  
6.1.2 Nome Social:  
6.1.3 Estado civil: Casado(a)  
6.1.4 Etnia: Parda  
6.1.5 Identidade Gênero:  
6.1.6 Mãe: MARIA CABRAL DE MELO  
6.1.7 Orientação Sexual:  
6.1.8 Sexo: MASCULINO  
6.1.9 Pai: Parda  
6.1.10 CPF: 40663159415  
6.1.11 Data de Nascimento: 20/12/1964  
6.1.12 Nacionalidade:  
6.1.13 RG: 812920  
6.1.14 Passaporte:  
6.1.15 Profissão: VIGIA  
6.1.16 Logradouro: RUA POETISA ALICE WANDERLEY  
6.1.17 Número: 408  
6.1.18 CEP:  
6.1.19 Bairro: DOM ELIZEU  
6.1.20 Cidade: AÇU  
6.1.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE  
6.2.1 Nome Completo: JAMERSON FERNANDES LOURENÇO  
6.2.2 Nome Social:  
6.2.3 Estado civil: Solteiro(a)  
6.2.4 Etnia: Parda  
6.2.5 Identidade Gênero:  
6.2.6 Mãe: MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES LOURENÇO  
6.2.7 Orientação Sexual:  
6.2.8 Sexo: MASCULINO  
6.2.9 Pai: Parda  
6.2.10 CPF: 70187049440  
6.2.11 Data de Nascimento: 25/02/1994  
6.2.12 Nacionalidade:  
6.2.13 RG: 003338879  
6.2.14 Passaporte:  
6.2.15 Profissão: AGRICULTOR(A)  
6.2.16 Logradouro: RUA LUIZ BENTO SILVA  
6.2.17 Número: 171  
6.2.18 CEP:  
6.2.19 Bairro: QUINTA DO FAROL  
6.2.20 Cidade: AÇU  
6.2.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não  
7.1.2 Seguradora:  
7.1.3 Chassi: \*\*\*\*\*17388  
7.1.4 Renavam: 01134068542  
7.1.5 Placa: QGN5108  
7.1.6 Estado:  
7.1.7 Marca: YAMAHA  
7.1.8 Modelo: YBR150 FACTOR E  
7.1.9 Ano do Modelo: 2018  
7.1.10 Ano de Fabricação: 2017  
7.1.11 Cor do veículo: VERMELHA  
7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA  
7.1.13 Nota Fiscal:  
7.1.14 Número do Motor:  
7.1.15 Nome do proprietário: PALOMA PEREIRA TAVARES  
7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:  
7.1.17 Nome do condutor: FRANCILO GUALBERTO DE MACEDO  
7.1.18 Observações:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE SE DIRIGIU A ESTA DELEGACIA INFORMAR QUE NO DIA E HORÁRIO SUPRACITADOS ESTAVA DE GARUPA NA MOTO PILOTADA POR SEU PADRASTO, QUE AO PASSAR NAS PROXIMIDADES DA RUA ANTONIO SILVERIO DA SILVA NO FELIZ ASSU-ASSURN, SE DEPAROU EM UM CRUZAMENTO COM UM CARRO DE COR BRANCA QUE BATEU NA MOTO EM QUE ESTAVA O QUE CAUSOU SUA QUEDA E CONSEQUENTEMENTE A AMPUTACÃO DE UM DOS SEUS DEDOS DA MÃO DIREITA, NADA MAIS DISSE. O COMUNICANTE ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE POR SUAS DECLARAÇÕES.

9.2 Informações do CIOSP





10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.  
Data 15/10/2018 12:18:17

  
Policia

  
Interessado



Polegar direito

Atendimento: 2197936 - Camila Rose de Aguiar farias

Impresso por: 2197936 - Camila Rose de Aguiar farias em 15/10/2018 12:18:36

FINAL DO BOLETIM DE OCORRNCIA







PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PRONTO SOCORRO MUNICIPAL- PSM

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE URGÊNCIA

NOME: Manoel Vitor S. S. Silva SEXO: M IDADE: 21 A  
ENDEREÇO: Rua 2 de Maio, 1001 - Assu  
PROFISSÃO:  ENTRADA AS: 11/11 DATA: 30/09/19  
ACOMPANHANTE:  SAÍDA:  HORA:

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

HISTÓRIA CLÍNICA:

Paciente com dor de cabeça, náusea, vômito e febre.

ESTADO GERAL:

Estável

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

Trombose no seio cerebral

PROCEDIMENTO:

12 Falgas. 500mg  
H107M - 1000mg  
Oxycodona 5mg

Assinatura do médico, carimbo



18-29-1841  
Estado do Rio Grande do Norte  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSÚ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
**RECEITUÁRIO**

PACIENTE: *Manoel Félix da*

END: *Sua Souza,*

*Rx* *39, 20 anos,*

*teve amputação*

*em nível da*

*IFD do 5º*

*SDD. Segundo*

*alga o parte,*

*foi após trauma*  
*unif*

Assú-RN, *04/01/19*

Dr. Rodrigo José F. Cabral

CRM RN 6046 SBOT-14.525

Assinatura e Carimbo

Rua Dr. Luiz Carlos, 100, D. Elizeu, Assú-RN, CEP: 59.650-00









PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Assu  
DR. LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0800885-14.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova. Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico. Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.



Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova. Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado c o n s t i t u í d o .

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 ( v i n t e ) d i a s .

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes. Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual. Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes. Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem c i ê n c i a d a r e s p o s t a .

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se.

AÇU/RN, 21 de maio de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Assu  
DR. LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0800885-14.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: MANUEL FELIX DA SILVA SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova. Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico. Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.





Ato contínuo, determino o apazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova. Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado c o n s t i t u í d o .

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 ( v i n t e ) d i a s .

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia apazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes. Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual. Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes. Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem c i ê n c i a d a r e s p o s t a .

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se.

AÇU/RN, 21 de maio de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

